

ENTRE A ARQUIVOLOGIA E OUTRAS DISCIPLINAS: promessas de interdisciplinaridade?

BETWEEN ARCHIVAL SCIENCE AND OTHER DISCIPLINES: promises of interdisciplinarity?

Angélica Alves da Cunha Marques | Natália Bolfarini Tognoli

Resumo: Este artigo é fruto de inquietações acerca do histórico das relações uni/bi/multilaterais da Arquivologia com outras disciplinas e da tendência de naturalização da interdisciplinaridade como uma característica intrínseca às disciplinas no contemporâneo. Ao questionarmos a rejeição das relações da Arquivologia com outras disciplinas, em nome da sua autonomia científica, bem como a sua consideração como parte técnica de outras disciplinas, buscamos refletir sobre as relações que a Arquivologia vem estabelecendo (ou não) com outras disciplinas, em busca da sua autonomia científica. Esses dois posicionamentos nos instigam a retomar os conceitos de interdisciplinaridade e seus desdobramentos, para compreender as relações da Arquivologia com outras disciplinas na sua trajetória de formação científica. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, apresentamos alguns marcos históricos dessas relações com a Diplomática, a História, a Ciência da Computação e a Ciência da Informação. Os resultados apontam relações interdisciplinares da Arquivologia com a Diplomática e relações mais pontuais com as demais disciplinas.

Palavras-chave: Arquivologia; Ciência da Computação; Ciência da Informação; Diplomática; História; Interdisciplinaridade

Abstract: This paper results from concerns about the history of uni/bi/multilateral relationships between Archival Science and other disciplines and about the tendency to naturalize interdisciplinarity as an intrinsic characteristic of disciplines in the contemporaneity. By questioning the rejection of relation between Archival Science and other disciplines on behalf of its scientific autonomy, as well as part of other discipline as a technique, we intend to shed light on the relationships that Archival Science has established (or not) with other disciplines in pursuing its scientific autonomy. Both sides instigate us to resume some concepts of interdisciplinarity and its ramifications aiming to understand the relations between Archival Science and other disciplines in its path of scientific development. Through a literature review we introduce some historical landmarks of Diplomats, History, Computer Science and Information Science which we believe have a strong relationship with Archival Science. The results demonstrate an interdisciplinarity relation between Archival Science and Diplomats, and relations more specific with the other disciplines.

Keywords: Archival Science; Computer Science; Information Science; Diplomats; History; Interdisciplinarity

1. Considerações iniciais

Ao estudarmos a história dos arquivos e a epistemologia da Arquivologia, observamos as suas relações com disciplinas diversas ao longo do tempo. Com a Diplomática, a Paleografia, a História, a Administração, o Direito, as Ciências da Computação (tecnologias de forma geral) e a Ciência da Informação, dentre outras disciplinas, a Arquivologia vem dialogando, seja para auxiliar com suas técnicas e seus métodos, seja para nelas buscar conceitos e métodos científicos que possam colaborar no desenvolvimento da sua própria epistemologia e na organização dos arquivos.

Nessa perspectiva, partimos de dois aspectos que têm nos inquietado. O primeiro deles é a tendência de se simplificar as relações da Arquivologia de forma bilateral, diante das

suas estreitas relações com uma ou com outra dessas disciplinas, em um determinado contexto, diante do entendimento que se tinha do próprio objeto de estudo da Arquivologia (ou do seu não reconhecimento). Entretanto, parece-nos que, mais contemporaneamente, essas relações são bastante dinâmicas, complexas e fluidas, não se restringindo à bilateralidade.

O segundo aspecto diz respeito à naturalização da interdisciplinaridade, como se o conceito fosse intrínseco às disciplinas científicas contemporâneas e, portanto, fosse aplicável a quaisquer relações entre essas disciplinas. Assim, somos induzidos a pensar a interdisciplinaridade como uma característica da Arquivologia, sem buscar a compreensão das condições que o conceito implica.

Mediante esses dois aspectos, observamos, ainda, pesquisadores e profissionais da comunidade arquivística se posicionarem em um dos dois extremos: 1) ou de rejeitar as relações da Arquivologia com outras disciplinas, especialmente com a Ciência da Informação, justificando-a como uma disciplina autônoma; 2) ou de considerá-la uma parte técnica de outras disciplinas, como da História e da Ciência da Informação, posicionamento justificado na “interdisciplinaridade”.

Esses dois posicionamentos têm recorrentemente suscitado discussões (im)profícuas em distintas instâncias (profissionais e acadêmicas) e, por si, nos instigam a retomar os conceitos de interdisciplinaridade e seus desdobramentos, a fim de compreendermos as relações da Arquivologia com outras disciplinas na sua trajetória de formação como disciplina científica.

Nesse sentido, este artigo busca refletir sobre as relações que a Arquivologia vem estabelecendo (ou não) com outras disciplinas, em busca da sua autonomia científica, a partir de uma síntese das pesquisas bibliográficas empreendidas, há alguns anos, por suas autoras, em suas pesquisas de mestrado, doutorado e pós-doutorado.

2. Entre disciplinas

A Arquivologia é considerada “interdisciplinar” por possuir relações com as mais diversas áreas do conhecimento. No entanto, são raros os trabalhos que se aprofundam nos estudos da referida “interdisciplinaridade”. Nesse sentido, somos levados a repetir o discurso do interdisciplinar sem refletir sobre ele.

Ao longo dos anos, muitos autores vêm transitando entre posicionamentos e definições diversas, sobrepondo e multiplicando denominações em torno das relações entre disciplinas. Para os portugueses, Pombo, Guimarães e Levy (1994:2), diversos conceitos são construídos com base na “diferente **prefixação** da palavra disciplinaridade. Nesse sentido, a etimologia do prefixo ‘inter’ poderia explicar a [...] centralidade e caráter intermédio do conceito de interdisciplinaridade”.

Mais recentemente, parece-nos que a interdisciplinaridade vem sendo naturalizada e são muitas as definições e reflexões sobre esse conceito e suas variações (multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade, transdisciplinaridade, etc.).

A multidisciplinaridade e a pluridisciplinaridade são, geralmente, definidas de formas próximas ou comuns, como as relações mais superficiais entre duas ou mais disciplinas. Quanto à multidisciplinaridade, Berger (1972) fala de uma “justaposição de disciplinas diversas”, que parece aproximar-se da concepção de Japiassu (1976) para esse termo e daquela proposta por Michaud (1972), para a pluridisciplinaridade. Ainda quanto à multidisciplinaridade, Piaget (1972), tendo em vista a solução de problemas práticos, considera a contribuição de várias disciplinas, sem alterá-las ou enriquecê-las. Essa concepção parece confundir-se com as definições de pluridisciplinaridade de Dellatre (1973), Gusdorf (1990) e de Resweber (1991).

A pluridisciplinaridade ainda é concebida como uma “justaposição de disciplinas, mais ou menos vizinhas” (BERGER, 1972); ou como relação de cooperação entre disciplinas, mas sem coordenação (JAPIASSU, 1976), ou sem integração conceitual interna entre elas (PALMADE, 1979); ou, no âmbito do ensino, como qualquer tipo de associação, que suponha coordenação entre professores (POMBO, GUIMARÃES e LEVY, 1994); ou, ainda, de forma geral, como a colaboração, em equipe, de especialistas de diversas disciplinas (THOM, 1990).

A interdisciplinaridade, por sua vez, é definida de forma ampla, por alguns estudiosos que não apontam condições específicas para a sua existência, como é o caso de Morin (2005), Pombo, Guimarães e Levy (1994), Berger (1972), Jantsch (1972), Piaget (1972), Marion (1978), Thom (1990), Delattre (1973) e Resweber (1991). Outros autores já apontam algumas características para defini-la: Japiassu (1976:74), por exemplo, indica como condicionantes a “intensidade das trocas” e o “grau de integração real” de duas ou mais disciplinas no âmbito da pesquisa; Pinheiro (1999:175) sugere uma reciprocidade de contribuições quanto a conceitos, princípios, técnicas, métodos e teorias; Follari (1982) refere-se à necessidade de constituição de uma nova disciplina; e Palmade (1979) fala de uma “axiomática nova e comum”; Gonzalez de Gomez (2003) também condiciona a integração de conceitos, métodos ou abordagens em torno de um problema para que a interdisciplinaridade ocorra. Ainda segundo a autora, diferente da mera aproximação multidisciplinar, a interdisciplinaridade promoveria um diálogo entre áreas, propiciando a comunicação de conhecimentos, modelos e teorias, resultando numa ação colaborativa.

Por interdisciplinaridade podemos entender a colaboração e conciliação entre conceitos pertencentes às diversas áreas do conhecimento a fim de promover avanços como a produção de novos conhecimentos. A interdisciplinaridade surge, portanto, como uma resposta à necessidade de reconciliação epistemológica das disciplinas.

Quanto à transdisciplinaridade parece haver consenso em torno da sua definição: Berger (1972) refere-se à uma “axiomática comum a um conjunto de disciplinas”; Gusdorf (1972) fala de “transcendência” e de “objeto comum”; Jantsch (1972) e Pombo, Guimarães e Levy (1994) aproximam-se, numa abordagem centrada no ensino, na qual a transdisciplinaridade seria o último grau de coordenação entre disciplinas, num sistema de níveis e objetivos múltiplos; e Piaget (1972) faz alusão a um “sistema total, sem fronteiras estáveis entre as disciplinas”.

Diante da falta de consenso sobre a interdisciplinaridade e os conceitos a ela relacionados, Morin (2005) busca simplificá-los em torno do “extradisciplinar”, ou seja, de invasões e migrações interdisciplinares, de objetos e projetos inter-poli-transdisciplinares, de esquemas cognitivos reorganizadores a fim de tecer reflexões para

além das disciplinas. Essas expressões e conceitos se inserem no que ele chama de “espantosa variedade de circunstâncias que fazem progredir as ciências, quando rompem o isolamento entre as disciplinas” (MORIN, 2005) e parecem ir ao encontro da afirmação de Rousseau e Couture (1998:73) acerca das parcerias estabelecidas pela Arquivologia ao longo da sua formação como disciplina científica: “Autonomia não significa isolamento”.

3. A trajetória e as relações da Arquivologia com outras disciplinas

Posner reconhece a importância dos arquivos para a humanidade desde a sua concepção na Antiguidade, decorrente das primeiras práticas da escrita, afirmando que a manutenção de documentos “constitui um aspecto importante da experiência da humanidade na sua organização; sem esses arquivos, na verdade, a história do nosso passado não poderia ser contada” (POSNER, 1972:1, tradução nossa).

A história dos arquivos confunde-se, portanto, com a das civilizações e seus escritos. Estudos revelam que os primeiros registros do conhecimento humano surgem com o nascimento da escrita, remontando, portanto, às antigas civilizações do Oriente Médio, mais especificamente à Mesopotâmia e à Síria.

Porém, é a partir dos séculos V e IV a.C. que temos uma institucionalização dos arquivos na antiga civilização grega. Templos e palácios do antigo oriente abrigavam os arquivos e eram tidos como lugares sagrados, onde os direitos da sociedade estavam assegurados. Desde os primeiros tempos, a natureza jurídica dos documentos de arquivo é reconhecida, uma vez que nasciam e serviam basicamente para a comprovação de direitos e deveres dos cidadãos.

Na passagem da Antiguidade para a Idade Média, o conceito de “arquivo” cristaliza-se, mas, também, se vulgariza devido à confusão entre biblioteca e arquivo. A natureza enciclopédica das bibliotecas leva à concepção de arquivos de procedências diversas, interferindo na sistemática orgânica arquivística. Como aquelas, os arquivos tornam-se itinerantes, embora a preocupação com a sua organização continue muito ligada à preservação da memória (SILVA *et al.*, 1999).

Mais tarde, a Arquivologia europeia ganha vigor com o surgimento dos tipos documentais oriundos da evolução do conceito de “administração”: a partir do século XII, com o renascimento do Direito Romano, os arquivos, a exemplo da escrita, retomam seu papel. Os documentos passam, então, a ser conservados para além da perspectiva jurídica e patrimonial: entre esse século e o seguinte, os documentos passam a ter, também, valor por sua utilidade administrativa e por registrarem ações políticas. É ainda dessa época a primeira noção do Princípio da Territorialidade (SILVA *et al.*, 1999), relevante para a consolidação da Arquivologia mais tarde.

No século XV, funcionários especializados tomam frente dos principais arquivos, os quais passam a ser concebidos como instrumentos, não meramente administrativos. A partir do século XVI, há uma considerável evolução no mundo dos arquivos, relacionada à especialização de diferentes instituições públicas, ao fortalecimento da monarquia em diversos países (com destaque para a França), à forte curiosidade histórica, ao desenvolvimento de pesquisas eruditas (intensificadas no século XVIII) e ao surgimento

de novas tecnologias. Esses fatores levam à constituição de vários arquivos, sob distintas noções conceituais e metodológicas (FAVIER, 2001).

Guardadas as particularidades da evolução do conceito de “Estado” e as contingências do seu tipo de organização, alguns traços comuns passam a configurar os arquivos, conforme as suas funções: a origem administrativa dos documentos; a concepção jurídica do serviço; a noção dos arquivos como fontes de informação, inclusive sobre o passado; e o caráter privado dos acervos, cujo acesso deveria ser outorgado pelo soberano.

Embora o “Princípio de Respeito aos Fundos” se consolide somente a partir do século XIX, na prática já é conhecido no século XVI, em razão das demandas advindas da concentração administrativa dos documentos. É nessa época que surgem, na Europa, os primeiros tratados que poderiam ser chamados de “manuais”, “portadores de uma concepção jurídica da realidade arquivística” (SILVA *et al.*, 1999). Duchein (1992) observa que é a partir desse período que se pode pensar na Arquivologia como uma disciplina científica.

Nesse contexto, o Estado passa a se interessar pela definição dos documentos de domínio público, além de se preocupar com o registro e a conservação regular dos documentos. Na França do século XVIII, os oficiais responsáveis pelo arquivamento dos documentos os conservam mesmo depois de cessadas as suas atividades. A noção de “arquivo público” tem as primeiras aplicações importantes, quando, com o fortalecimento do poder monárquico, há a distinção entre documentos públicos e privados, considerando, inclusive, quais são de interesse público, independentemente da sua propriedade (FAVIER, 2001). A classificação e a avaliação documental passam a ser objeto de atenção, mesmo que pautadas quase que exclusivamente no seu valor histórico – critério que permanecerá em muitos países até a Segunda Guerra Mundial (DUCHEIN, 1992).

Assim, ainda que alguns aspectos relacionados à organização e ao acesso avancem, determinados problemas do Antigo Regime persistem às vésperas da Revolução Francesa: a dispersão de documentos em muitos depósitos, sem hierarquização sistemática; a falta de controle quanto à proliferação de depósitos, que, em sua maioria, são desprovidos da necessária organização; a falta de regulamentação técnica e científica, somada ao empirismo; e a não publicidade dos atos estatais (FAVIER, 2001).

A partir daí, a procura pelos arquivos é intensificada, em função do caráter histórico dos documentos. Sob essa demanda, acelera-se o movimento de elaboração de instrumentos de pesquisa. Paralelamente, há uma deturpação da realidade arquivística, que leva à organização não orgânica dos documentos, de forma temática ou cronológica, mais próxima do modelo enciclopédico que do arquivístico, desarticulando importantes arquivos, como nos lembram Silva *et al.* (1999).

A Revolução Francesa marca a trajetória da Arquivologia com a hierarquização dos depósitos; a nacionalização e centralização dos arquivos, que, até então, eram conservados por instituições e pessoas de forma independente; a triagem; a divulgação e proteção dos acervos; e, sobretudo a concepção dos arquivos nacionais, mantenedores da memória na perspectiva do significado histórico dos documentos (SILVA *et al.*, 1999; FAVIER, 2001; DUCHEIN, 1992). É no contexto do Iluminismo, portanto, que os arquivos passam a ter relevância, como auxiliares da administração pública.

Na pretensão de servir tanto à Administração como à História, inicia-se a distinção entre a documentação administrativa e a histórica (FAVIER, 2001). Diante dessa arbitrariedade, a unidade estrutural dos arquivos é quebrada, com a desarticulação da sua organicidade (SILVA *et al.*, 1999). Nessa conjuntura, vários arquivos locais são transferidos para Paris, a partir da supressão de alguns distritos em 1796. O “Princípio da Territorialidade” então se consolida, declarando que os documentos deveriam permanecer nas circunscrições a que estavam ligados (FAVIER, 2001).

O modelo pioneiro criado na França, guardadas as especificidades de cada país, é reproduzido na Europa e no continente americano até meados do século XX, em, pelo menos, três aspectos: 1) uma instituição criada para cobrir a rede de repartições públicas produtoras de documentos; 2) o reconhecimento, pelo Estado, da sua responsabilidade quanto à preservação do patrimônio documental e dos documentos produzidos por ele; 3) e o reconhecimento do direito público de acesso aos arquivos (FONSECA, 2004).

Na França, a política de incorporações em massa e a subsequente reordenação dos arquivos baseada em concepções ideológicas atingem proporções que torna incontornável e alarmante a situação, do ponto de vista arquivístico. Diante disso, são formuladas algumas instruções para ordenar e classificar os arquivos. Essas instruções são promulgadas por meio de uma circular do Ministério do Interior, em 24 de abril de 1841, inspiradas pelo arquivista e historiador Natalis de Wailly, que enuncia aquilo que desde então fica conhecido como o “Princípio de Respeito aos Fundos”, base para o desenvolvimento do “Princípio da Proveniência” (SILVA *et al.*, 1999; SCHELLENBERG, 1980), apropriado e ressignificado em muitos países (KUROKI, 2016).

De toda forma, o “Princípio de Respeito aos Fundos” ou “Princípio da Proveniência”, torna-se a base teórica da Arquivologia, articulando os demais princípios em torno da informação orgânica registrada, objeto da área, segundo Rousseau e Couture (1998), que a compreendem enquanto elemento fundamental para o funcionamento e desenvolvimento de qualquer organização, devendo, portanto, ser gerida de forma eficaz.

A abertura dos arquivos ao cidadão e à pesquisa histórica – iniciada na França com a criação dos Archives Nationales, em 1794 – e a descoberta das fontes primárias fizeram do século XIX um marco tanto para a História, quanto para as chamadas ciências auxiliares (Paleografia, Diplomática, Arquivologia, Heráldica). Os historiadores viram-se deslumbrados pelo mundo que se abria diante deles, um mundo que podia ser alcançado por meio dos documentos, entendidos como verdadeiras testemunhas imediatas de um passado agora não tão distante (TOGNOLI, 2014).

O momento histórico foi um fator decisivo na construção da História e de suas ciências auxiliares – compreendendo aqui as ciências cujo objeto centrava-se no documento. Durante o final do século XVIII e meados do XIX, emerge um novo valor de “nação”, com a consolidação dos estados nacionais na Europa, marcando um período de grande insatisfação de várias partes da sociedade europeia. Após a Revolução Francesa, a sociedade assiste ao colapso de antigas instituições e a emergência de outras. Como consequência, os documentos da Idade Média pertencentes às instituições eclesiásticas ou imperiais perdem sua relevância prático-jurídica, uma vez que muitas das instituições às quais pertenciam são extintas. As consequências dessas mudanças são sentidas no estudo das ciências dos documentos que encontraram na História um lugar privilegiado.

Baseando-se em uma perspectiva rankeana, os historiadores consideravam os arquivos como os grandes depósitos do passado e os documentos ali preservados foram considerados fontes privilegiadas e basilares para a pesquisa histórica. Essa visão dos arquivos como lugares privilegiados de pesquisa influenciou uma história positivista, cuja pesquisa baseava-se em um método crítico e nas ciências auxiliares, o que contribuía para uma visão histórica objetiva do passado, limitando algumas reflexões mais teóricas.

Retoma-se, portanto, a função dos arquivos enquanto depósitos para recolhimento, conservação e divulgação de documentos de valor permanente, resultantes das atividades de pessoas e, sobretudo, de instituições, função essa relacionada à ideia de “nação” e da perpetuação da sua história (com destaque para o continente europeu a partir do século XIX), configurada em relações de poder e saber.

A segunda metade do século XIX é marcada, portanto, pelo Historicismo, caracterizado pelo romantismo e nacionalismo. Os arquivos novamente são colocados à disposição do saber histórico, configurando-se como os “novos laboratórios da história” (FAVIER, 2001:37, tradução nossa) e a Arquivologia se torna auxiliar da História: “Tal como a Paleografia e a Diplomática, aquela limita-se a um estatuto de evidente subsidiariedade. Esta posição de disciplina auxiliar, embora sofrendo alterações de significado nos finais do século, vai-se manter, em parte, até a II Guerra Mundial” (SILVA *et al.*, 1999:114). Favier (2001) lembra que essa concepção dos arquivos tem, pelo menos, dois desdobramentos: a realização de trabalhos consideráveis que visam facilitar as pesquisas e a negligência em relação aos arquivos contemporâneos.

Essa visão dos arquivos como lugares privilegiados para retomada do passado influenciou uma história positivista, cuja pesquisa baseava-se em um método crítico e nas ciências auxiliares, o que contribuía para uma visão histórica objetiva do passado, limitando algumas reflexões mais teóricas. Tal visão positivista influencia, conseqüentemente, as primeiras obras arquivísticas, como o *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos* dos Arquivistas Holandeses (MULLER, FEITH e FRUIN, 1960), publicado em 1898, pela Associação dos Arquivistas Holandeses, com a colaboração dos Arquivos de Estado do Reino da Holanda e do Ministério do Interior. Ao apresentar cem regras para o arranjo e a descrição de arquivos, essa obra marca a trajetória do pensamento arquivístico internacional, inaugurando “uma nova era para a afirmação da disciplina” (SILVA *et al.*, 1999:115).

Na França, a aproximação da Diplomática, da Arquivologia e da Paleografia com a História dá-se mais precisamente em 1821, com a criação da École Nationale des Chartes, em Paris. A escola é criada a partir de um projeto de Napoleão e fundada por uma ordem de Luís XVIII, com o objetivo de formar jovens capazes de organizar os depósitos de documentos confiscados na Revolução Francesa, e renovar a história nacional. Torna-se, logo, um modelo de escola a ser seguido em toda a Europa, criando a formação de arquivistas-paleógrafos.

Notadamente na Alemanha, que desde o final do século XVII utilizava a análise crítica dos documentos para fins prático-jurídicos, o sentimento de nacionalismo e patriotismo proposto pelo movimento leva os estudiosos da época a fundarem sociedades e os institutos para a crítica das fontes documentais. Nasceram, então, as sociedades e os Anais dedicados aos estudos dos documentos antigos – principalmente aqueles ligados à Idade Média.

Neste contexto de revoluções e reformas, é criado, em Viena, o Institut für Österreichische Geschichtsforschung (IÖG), representando o ápice da “febre arquivística” de um movimento positivista baseado no estudo crítico dos documentos do passado, por meio das ciências auxiliares. Baseando-se no modelo da École des Chartes, o IÖG é criado em 1854 como uma escola que tem por objetivo estudar a história austríaca, centrando-se nos estudos das ciências auxiliares da História como uma premissa indispensável. Segundo Härtel (2006:857, tradução nossa), o IÖG garantiu uma formação especializada útil não apenas para o trabalho nos arquivos, mas, também nas bibliotecas e nos museus, e seus alunos foram inseridos nas grandes empresas editoriais do tempo. O instituto vienense, chamado o “Institut” por excelência, transmitiu um tipo e um nível de formação que deram frutos até o final do Império, terminado em 1918.

Observamos, portanto, que os estudos históricos se beneficiam dos documentos de arquivo para compreender o passado, apropriando-se deles como seu objeto de estudo; por outro lado, a Arquivologia irá se beneficiar dessa relação a partir da institucionalização das escolas europeias que, tendo o documento de arquivo como principal fonte de pesquisa, precisavam criar cursos de formação de arquivistas para a organização dessa documentação. Neste sentido, iniciam-se as primeiras obras técnicas que formulam regras para o arranjo desses documentos, marcando o início do saber arquivístico.

Os estudos dos documentos no âmbito dos institutos e escolas europeias propiciaram ainda um reencontro da Arquivologia com as demais disciplinas chamadas auxiliares, como a Diplomática e a Paleografia. Desde o século XVII, mais precisamente em 1681, quando Jean Mabillon funda as bases para os estudos dos diplomas – emergindo assim a Diplomática e a Paleografia – os documentos de arquivo e suas instituições são focos de estudo em tratados e manuais de Diplomática não significando, no entanto, um aporte teórico-metodológico ou uma troca consciente entre ambas. Embora mais próximos dos documentos de arquivo, os historiadores e diplomatas estavam mais afastados de uma preocupação em estabelecer definições e métodos para sua organização. O que se estabelece é uma relação com os documentos na sua individualidade e não na sua organicidade.

Assim, notamos, que nesse primeiro momento, Diplomática e Arquivologia caminham desenvolvendo-se em paralelo, ambas figurando como auxiliares da História, não estabelecendo uma relação de reciprocidade entre elas, embora mantivessem o mesmo objeto, o documento de arquivo. A relação entre ambas somente ficará explícita no século XX, consolidando-se no final dos anos 1980. Retomaremos essa relação interdisciplinar mais à frente.

No contexto internacional, é no desenrolar do século XX que nasce uma concepção dualista da Arquivologia, como “ciência administrativa ao mesmo tempo que histórica”, que se preocupa com a eficácia dos serviços, com a conservação e classificação dos arquivos e, paralelamente, respalda-se na História para conservá-los e elaborar instrumentos de pesquisa. A conservação de documentos que já tenham cumprido seu valor administrativo passa a ser um desafio para o arquivista, que deve disponibilizá-los sob demandas (FAVIER, 2001). As preocupações com a criação e perpetuação do saber num contexto de rapidez e inovação na chamada “sociedade da informação” (BRITTO, 1995) se voltam para a recuperação da informação, que ganha forma científica na concepção e no desenvolvimento da Ciência da Informação, a partir da Segunda Guerra

Mundial, retomando as preocupações arquivísticas do início do século acerca da gestão de documentos (SILVA *et al.*, 1999).

Seguindo seu caminho de busca por autonomia, a Arquivologia começa a questionar sua identidade, diante da necessidade de autoafirmação cada vez mais premente. Sintomas dessa “crise existencial” são detectados na École Nationale des Chartes, que concebe um projeto de sua transformação em escola profissional (1904) e na obra de Hilary Jenkinson, *Manual of Archive Administration* (1922), a qual se torna o guia dos arquivos britânicos (JENKINSON, 1965). De acordo com Cook (1997), a enérgica defesa do caráter probatório dos registros, por esse autor, influenciaria o pensamento arquivístico australiano e canadense, bem como muitos teóricos mais tarde preocupados com os registros eletrônicos e com as informações descontextualizadas de forma geral.

Outra grande contribuição para o desenvolvimento do pensamento arquivístico vem do italiano Eugenio Casanova, com a obra *Archivistica* (1928). Sob a sua direção, é proposta a padronização da terminologia arquivística internacional e a publicação de um léxico.

Nos anos que se seguem, sob um olhar mais ampliado, a vertente técnica arquivística ganha forma na década de 1930, com a atuação dos “arquivistas missionários” na França – que passam a intervir junto às administrações para a uniformização do tratamento dos documentos já na sua gênese – e dos arquivistas alemães, preocupados com a racionalização da organização, classificação e conservação documental (SILVA *et al.*, 1999).

Essas preocupações também estão presentes no cenário norte-americano, que, diferentemente do europeu, não se baseia na análise metódica de um número limitado de documentos antigos, nem se prende a uma “ciência descritiva”, defendida por Muller, Feith e Fruin, Jenkinson (1960) ou Casanova (1928). Os arquivistas americanos, diante da crescente produção de registros contemporâneos, deveriam dar conta de uma pequena fração daquilo que poderia ser preservado nos seus arquivos. A profissão de gestor de documentos (*records manager*) nasce para ajudar as instituições a lidarem com a avalanche de papel produzida/acumulada, de forma a reorientar a tradicional profissão do arquivista na América do Norte (COOK, 1997).

Após a Primeira Guerra Mundial, a produção documental intensifica-se – fenômeno conhecido como “explosão documental”. Aumentam as incorporações de documentos pelos arquivos nacionais, acompanhadas de uma organização artificial. Conseqüentemente, acentuam-se as preocupações acerca da necessidade da avaliação. Cada país busca amenizar seus problemas de espaço e de recuperação de documentos conforme os recursos disponíveis, embora possamos verificar situações semelhantes na resolução de questões arquivísticas. Os Estados Unidos, inspirados nas propostas de Jenkinson, concebem seus critérios de avaliação, também conferindo aos administradores um papel decisório. Nesse cenário, o estudioso que mais se destaca é Schellenberg, ao desenvolver critérios para a seleção e avaliação documental (RASTAS, 1992; COOK, 1997; SILVA *et al.*, 1999).

A partir dos anos 1940 há uma evolução progressiva dos princípios teóricos e práticos da Arquivologia, em resposta aos novos métodos de pesquisa histórica e à utilização de métodos quantitativos e qualitativos (BRITTO, 1995). Nesse contexto acontecem algumas

reformas administrativas na América Latina, das quais a implantação de vários cursos de Arquivologia é um exemplo (MARQUES, 2007).

Com as dificuldades decorrentes do aumento da produção documental, retoma-se a ideia italiana do “arquivo de depósito”, agora como “pré-arquivo” ou “arquivo intermediário”. Sua função seria a de preparar a documentação a ser integrada ao conjunto de documentos permanentes a partir da avaliação, triagem e eliminação daqueles documentos desprovidos de valor primário ou secundário.

No contexto da “explosão documental”, é delineado o conceito de *record group*, uma versão americana do “Princípio da Proveniência”: estabelecido em 1941, no National Archives de Washington e pautado em fins práticos, esse conceito serviria para flexibilizar a organização dos documentos oriundos de diversas instituições, considerando a sua proveniência e o volume dos acervos. Essa concepção fomenta, assim, as discussões sobre a gestão de documentos e, mais especificamente, sobre a avaliação e seleção de documentos (SILVA *et al.*, 1999).

O *record group* ainda seria a base do “fenômeno do *records management*”, a grande contribuição do pensamento arquivístico norte-americano, cuja tradução para “gestão de documentos” é feita pelos canadenses, franceses e espanhóis, quanto à intervenção arquivística na produção documental. Nesse quadro, a gestão começa a se configurar como uma nova área, vinculando-se à Administração e, de certa forma, distanciando-se da Arquivologia, pelo menos em sua versão tradicionalmente ligada à História e da abordagem canadense que se espalha pelo mundo a partir dos anos 1980, ao propor a reintegração das diversas fases pelas quais os documentos passam, da sua criação à sua preservação, trabalhando novamente com todo o ciclo documental.

Essa abordagem ficou conhecida como “Arquivística Integrada”, cujos estudos são baseados nas realidades europeia e norte-americana da gestão documental. Nesse sentido, a Arquivística Integrada focaliza seus estudos na gestão da informação orgânica e em sua importância para o fortalecimento da disciplina no século XXI. Aqui, a Arquivologia e o arquivista não devem mais ser vistos como simples guardiões da memória histórica e institucional. Eles participam, agora, do momento de criação dos documentos, garantindo também uma racionalização da informação e de seus processos. A contribuição dos arquivistas para a gestão da informação, e a união das profissões em um só profissional “constituem a base da identidade moderna da disciplina” (COUTURE, DUCHARME e ROUSSEAU, 1988:53).

É, portanto nesse contexto, que a informação começa a ter um papel mais ativo na disciplina, pois é um elemento fundamental para o funcionamento e desenvolvimento de qualquer organização e, por essa razão, deve ser gerida de forma eficaz. Os termos *informação orgânica* e *informação não-orgânica* são frutos da abordagem integrada.

A informação orgânica é definida como aquela que é produzida e/ou recebida no âmbito de uma atividade dando origem aos arquivos da instituição. Já as informações não-orgânicas são aquelas contidas em documentos bibliográficos, como as publicações e os materiais de referências, por exemplo. Além disso, a informação orgânica pode ter um valor primário e um valor secundário, correspondendo aos valores dos documentos de arquivo inicialmente propostos por Schellenberg (TOGNOLI e GUIMARÃES, 2010).

Observamos que, ao definir o objeto da Arquivologia como a informação orgânica registrada, a abordagem integrada busca inserir a disciplina na chamada “era da informação”, integrando o gestor de documentos (responsável pelos documentos correntes e intermediários) e o arquivista (responsável pelos documentos permanentes) em uma só profissão, de maneira a propiciar a sustentação da disciplina em um novo contexto de produção de informações.

No entanto, a simples troca de documento de arquivo por “informação orgânica”, ambos tomando para si o mesmo conceito, leva ao erro comum de interpretação sobre o que seria, de fato, a informação arquivística. Nesse contexto, gostaríamos de esclarecer o conceito de informação arquivística, retomando algumas perspectivas da Ciência da Informação, disciplina que vem comungando o campo da informação com a Arquivologia, no mundo contemporâneo (MARQUES, 2011).

Entendemos que, no âmbito dos arquivos, o conceito de informação arquivística deve ser compreendido em um contexto mais amplo, que engloba não apenas o documento de arquivo, mas sim, todo o contexto de informações que coexistem para a produção e acumulação dos documentos. Assim, podemos entender a informação arquivística como toda informação que está envolvida nos processos de produção do documento de arquivo. Esses processos, por sua vez, envolvem os contextos jurídico-administrativo, de proveniência, de procedimentos, documental e tecnológico.

Embora não exista consenso sobre esse objeto, considerando os diversos autores nacionais e internacionais, ressaltamos que a Arquivologia não está sozinha nesse aspecto. Atualmente, com a inter/pluri/multi/transdisciplinaridade, as disciplinas de diferentes áreas do conhecimento dificilmente têm um consenso sobre o seu objeto.

Uma revisão de literatura nos permite observar e identificar o objeto da área, por meio do olhar de autores (HEREDIA HERRERA, 1991; LODOLINI, 2008; BELLOTTO 2005; DURANTI, 1995; SCHELLENBERG, 2006; COUTURE, DUCHARME e ROUSSEAU, 1988) que se dedicaram exaustivamente ao assunto nas últimas décadas. Com exceção de Couture, Ducharme e Rousseau e Bellotto, todos identificaram o conjunto de documentos de arquivo como objeto da Arquivologia. Para Bellotto (2005:5) o objeto intelectual da disciplina é a informação, mais precisamente os dados que possibilitam a informação. Segundo a autora, podemos considerar, ainda, que a disciplina apresenta objetos físicos, entre eles o arquivo, ou seja, “conjunto documental produzido/recebido/acumulado por entidades públicas ou privadas no exercício de suas funções”.

Neste contexto de reflexões acerca da autonomia da Arquivologia e de uma expansão de seu objeto, em 1987 é criado o Groupe Interdisciplinaire de Recherche en Archivistique (GIRA), na École de Bibliothéconomie et des Sciences de l'Information (ESBI), da Universidade de Montreal, no Canadá. Segundo Fonseca (2004),

O artigo publicado por seus fundadores em 1988, *L'archivistique a-t-elle trouvé son identité?*, pode ser considerado um marco nas reflexões sobre a Arquivologia como área autônoma de conhecimento numa perspectiva contemporânea e a criação do grupo de pesquisa constitui-se em importante espaço de reflexão em torno das especificidades do fenômeno internacional arquivístico, na busca da construção de um conceito de informação arquivística. (FONSECA, 2004:13-14).

De fato, esse artigo apresenta a Arquivologia livre da sua submissão tradicional à História, numa configuração recente no mundo da informação, quando passa a estabelecer parcerias com outras disciplinas para dar conta das demandas de recuperação da informação (COUTURE, DUCHARME e ROUSSEAU, 1988). Desse modo, esse artigo marcar a entrada da Arquivologia no campo da informação, como nos apresenta Marques (2011).

Nessa busca por fundamentação teórica, a concepção norte-americana dos arquivos dá-se no âmbito dos sistemas de informação, sob duas correntes: 1) daqueles que defendem uma revisão dos princípios fundamentais da Arquivologia, sobretudo a partir das questões relativas aos documentos eletrônicos; 2) e daqueles que defendem a manutenção dos princípios da área, independentemente dos suportes. Além disso, a sua valorização do “Princípio da Proveniência” a partir da década de 1980 tem repercussão no contexto canadense na busca de preservação da identidade da informação arquivística nos documentos eletrônicos (SILVA *et al.*, 1999).

De toda forma, a Arquivística Integrada tem grande repercussão mundial nas últimas décadas do século XX, contribuindo valiosamente para os avanços da disciplina. Ao tomar rumos diferentes daqueles apontados pelos holandeses ou mesmo por Jenkinson, sobretudo a partir dos anos 1990, essa abordagem amplia o tradicional “Princípio da Proveniência”, numa tentativa de reconhecer e respeitar a intenção por trás desse tradicional princípio, relacionando a informação registrada com o contexto da atividade orgânica (pessoal ou institucional). O foco passa a estar nas propriedades do documento como testemunho de ações e transações do seu produtor e, portanto, no contexto orgânico da produção e manutenção dos registros, de forma que se analise e avalie a importância das funções estatais, seus programas, atividades e operações, bem como as interações com os cidadãos, ou seja, por que os documentos são criados. Nessa perspectiva, a avaliação deriva de uma leitura “hermenêutica” dos registros, num processo de macroavaliação, entrecruzando a análise funcional (orgânica) e a diplomática (individual) dos documentos para contextualizar a sua produção (COOK, 1997).

Ao longo dessa trajetória, observamos o surgimento e a configuração de algumas tendências em razão das demandas sociais que reformularam e/ou deram vazão a novas práticas, estudos e reflexões, muitas vezes criticando ou se reposicionando em relação à tradição arquivística. O papel tradicional dos arquivos (subordinados aos interesses da História e da Administração) é criticado e realinhado pelas crescentes demandas de informação, sobretudo a partir das duas guerras mundiais. Buscando parcerias com outras disciplinas, a Arquivologia se reconfigura contemporaneamente, abrigo de pressupostos, princípios e ideias antigas e acolhendo outros aspectos e questionamentos, oriundos das demandas mais atuais.

Marques (2013) identifica três posicionamentos acerca das relações da Arquivologia, especialmente com a Ciência da Informação: 1) autores que ignoram a trajetória histórica dos arquivos e da Arquivologia, como Le Coadic (1996:14), para quem “Os arquivos não passam de documentos conservados”; 2) outros estudiosos, que também aparentemente desconsiderando a longa trajetória arquivística, concebem a Arquivologia como uma parte, uma disciplina (aplicada) da recém-criada Ciência da Informação, como Pinheiro (1999) e Silva *et al.* (1999), que reconhecem relações inter e transdisciplinares entre as duas disciplinas; e 3) autores que demarcam a autonomia da Arquivologia e que reconhecem, em níveis e graus diversos, as suas relações com a Ciência da Informação de

forma ainda frágil (JARDIM e FONSECA, 1995; SILVA, 1996) ou, ainda, estreitas e promissoras (MARQUES, 2007; ARAÚJO, 2010).

Buscando respostas às necessidades de reconciliação epistemológica que emergem na área, a Arquivologia se alia a outras disciplinas estabelecendo relações colaborativas, por vezes *sine qua non*, para sua autonomia e identidade no século XXI. Além da Ciência da informação, a Diplomática e as Ciências da Computação emergem como disciplinas “parceiras” para a produção e organização da informação, no contexto da Arquivologia contemporânea.

Com relações estabelecidas já no século XVII, Diplomática e Arquivologia estreitam laços no final dos anos 1980, quando na Itália, Paola Carucci, aplica o método diplomático aos documentos da administração pública italiana do século XX, identificando-o como fundamental para a compreensão do contexto de produção dos documentos de arquivo.

Os estudos de Carucci sobre a aplicação do método diplomático – essencialmente histórico, cujo objetivo reside em identificar os elementos que compõem um documento medieval e analisá-los em comparação com outros documentos de mesmo período ou produtor, a fim de comprovar sua autenticidade/falsidade – aos documentos arquivísticos contemporâneos demonstra uma intenção em recriar uma utilidade ao método diplomático, que, acreditava-se, caía em desuso na época. Para a autora, dar novos usos para essa disciplina tão antiga poderia garantir sua sobrevivência em um momento no qual o Direito não necessitava, fundamentalmente, da análise diplomática para verificar a autenticidade do documento. Nesse sentido, é necessário ter claro que a Diplomática, nesse momento específico, apresenta-se à Arquivologia para sanar necessidades que esta exhibe no tocante à análise do contexto de produção dos documentos contemporâneos.

Refletindo os estudos comparativos entre documentos medievais e documentos contemporâneos, a Diplomática arquivística permite, portanto, que o arquivista chegue à compreensão do conjunto documental e de seu contexto a partir da crítica do documento. Desse modo, a análise do arquivista desloca-se desde o contexto documental imediato do material que examina até o amplo contexto funcional dos criadores de documentos e de suas relações. Essa análise, assim como a crítica de um documento medieval, é feita por meio do estudo da forma do documento, que se manifesta em seus elementos internos e externos.

A Arquivologia, ao estudar os documentos contemporâneos, necessita, ainda, de estreitar suas relações com a Ciência da Computação, uma vez que as tecnologias de informação e comunicação são responsáveis pela criação e manutenção dos sistemas de gerenciamento de documentos. Neste contexto, a tríade Arquivologia – Diplomática – Ciência da Computação se faz presente e necessária em um dos maiores projetos multidisciplinares levados a cabo no século XXI, o InterPARES (*International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems*), com o objetivo de desenvolver conhecimento teórico e metodológico essencial para a preservação da confiabilidade de documentos digitais, formulando políticas, estratégias e padrões capazes de assegurar essa preservação.

Os resultados e o sucesso do Projeto InterPARES corroboram para a questão da inter/pluri/multi/transdisciplinaridade como característica potencial das disciplinas

contemporâneas e é um exemplo bastante adequado para ilustrar as relações que procuramos abordar neste trabalho, ainda que não seja exaustivo para compreendê-las.

4. Considerações finais

As diversas definições e conceitos das relações entre disciplinas científicas, comumente ligados à interdisciplinaridade, ainda que distintos e desprovidos de consenso, nos apontam uma evidência: se são relações entre disciplinas, impossibilitam-nos de considerar a Arquivologia e a Ciência da Informação como uma única disciplina. Histórica e epistemologicamente, essas duas disciplinas têm identidades, trajetórias e relações particulares, encontrando-se nas últimas décadas para atender demandas de recuperação da informação, em contextos institucionais e pessoais.

Seus objetos de estudo em torno da informação, em um sentido mais amplo para a Ciência da Informação (BORKO, 1968) ou, mais específico para a Arquivologia (ROUSSEAU e COUTURE, 1998), colocam-nas em contato e propiciam seus diálogos teóricos e práticos, sem, contudo, confundi-las. Nesse sentido, os conceitos de interdisciplinaridade estudados na Sociologia da Ciência podem não ser suficientes para abranger as relações entre essas duas disciplinas, pois, raramente verificamos reciprocidade entre elas, ainda que seus diálogos em torno de vínculos administrativos, titulação de professores e produção de pesquisas sejam reais, como acontece no Brasil (MARQUES, 2007).

Esta constatação não enfraquece ou ignora o reconhecimento dessas relações, mas parece elucidar a naturalização da interdisciplinaridade como característica intrínseca das disciplinas contemporâneas. Ora, o fato de não observarmos relações plenamente interdisciplinares entre duas disciplinas não exclui relações de outras naturezas (pluri ou multidisciplinares) na resolução de questões práticas ou, de forma mais geral, extradisciplinares, sem se ater a um conceito específico, conforme apontado por Morin (2005). Semelhantemente, o reconhecimento das relações entre as duas disciplinas não compromete as parcerias da Arquivologia com outras disciplinas. Até porque, segundo Marques (2007), essas relações são essenciais para a autoafirmação dessa disciplina no campo científico, configurada a partir de relações extradisciplinares e pela sua busca por autonomia, dois lados de uma mesma moeda.

Nessa perspectiva, situamo-nos entre os estudiosos que reconhecem as relações da Arquivologia com disciplinas diversas (como a Diplomática, a História, a Administração, o Direito, as Ciências da Computação e a Ciência da Informação), sem restringi-la a uma ou a outra área e, sobretudo, sem mesclá-la a esta última disciplina. Essas relações são reais, multilaterais, mas, nem sempre, recíprocas, o que não as condiciona como interdisciplinares. Em suas diferentes abordagens, podem ser superficiais ou mesmo político-institucionais, a fim de se resolver questões práticas. Podem ser, também, teóricas e epistemológicas, mediante questões históricas e conceituais compartilhadas.

O histórico da Arquivologia apresentado neste trabalho nos permite tecer considerações acerca da interdisciplinaridade (e suas variações) com as áreas às quais é comumente relacionada. Elas existiriam, de fato? Partindo do exposto, seria possível defender uma interdisciplinaridade da Arquivologia com a História, o Direito e a Administração

somente a partir dos conceitos, das teorias, das epistemologias e dos contextos históricos que estas disciplinas compartilham em relações colaborativas (como por exemplo os conceitos de prova, evidência, testemunho histórico, gestão documental)? Ou, ainda, a partir do aporte metodológico dado pela Arquivologia a essas disciplinas no tocante à gestão dos documentos e à natureza jurídico-administrativa dos documentos de arquivo? Seria o objeto de estudo da Arquivologia o único fator condicionante para caracterizarmos a sua interdisciplinaridade com a Ciência da Informação? Acreditamos que não.

As disciplinas abordadas neste trabalho estabelecem relações de colaboração com a Arquivologia, seja no tocante à identificação do mesmo objeto (a informação no seu sentido *lato* ou o documento como prova), seja no tocante aos métodos aplicados e aos contextos de desenvolvimento das disciplinas. No entanto, se consideramos a integração de conceitos, métodos ou abordagens em torno de um problema como condicionantes para o estabelecimento de uma interdisciplinaridade, podemos verificar que dentre as disciplinas tratadas aqui como "parceiras" da Arquivologia, a Diplomática parece ser a única que com ela partilha preocupações semelhantes acerca do objeto de estudo arquivístico, bem como de modelos e teorias em torno desse objeto. Nesse sentido, as relações entre elas poderiam ser caracterizadas como interdisciplinares, notadamente a partir da sua reciprocidade.

Ao final, reiteramos que a necessidade interdisciplinar não parece ser um fator condicionante para o estabelecimento de relações – recíprocas ou não (pois é a reciprocidade a condição da interdisciplinaridade e não o contrário) – entre as disciplinas abordadas neste trabalho. Contudo, é evidente que essas relações são essenciais para o estabelecimento da Arquivologia enquanto disciplina autônoma no âmbito das disciplinas científicas contemporâneas, enriquecendo suas parcerias e fortalecendo-a em torno do seu objeto, dos seus métodos e dos seus princípios.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila

2010 Ciência da Informação como campo integrador para as áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. *Informação & Informação*. Londrina. 15:1 (jun./jul. 2010) 173-189.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli

2005 *Archivística, arquivos y documentos*. São Paulo : ARQ-SP, 2005.

BERGER, Guy

1972 Opinions et réalités. In CENTRE POUR LA RECHERCHE ET L'INNOVATION DANS L'ENSEIGNEMENT – *L'Interdisciplinarité: problèmes de l'enseignement et de recherché dans les universités*. Paris : OCDE, 1972, p. 19-74.

BRITTO, Maria Teresa Salles Navarro de

1995 *La Formation universitaire en Archivistique au Brésil*. Montréal, 1995.
Dissertação de Mestrado em Biblioteconomia e Ciência da Informação, Especialização em Arquivística, Université de Montréal, 1995.

CASANOVA, Eugenio

1928 *Archivistica*. Siena : Stab. Arti Grafiche Lazzeri, 1928.

LE COADIC, Yves-François

1996 *A Ciência da Informação*. Trad. Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes. Brasília : Briquet de Lemos, 1996.

COOK, Terry

1997 What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898 and the future paradigm shift. *Archivaria*. [Em linha]. Toronto, 43 (Spring 1997). [Consul. 15 out 2010]. Disponível em: <http://www.mybestdocs.com/cook-t-pastprologue-ar43fnl.htm>.

COUTURE, Carol; DUCHARME, Daniel; ROUSSEAU, Jean-Yves

1988 L'Archivistique a-t-elle trouvé son identité? *Argus*. Quebec, 17:2 (juin 1988) 51-60.

DELATTRE, Pierre

1973 Recherches interdisciplinaires. In *Encyclopedia Universalis*. Paris : Organum, 1973, p. 387-394.

DUCHEIN, Michel

1992 The History of European archives and the development of the archival profession in Europe. *American Archivist*. Chicago, 55 (Winter 1992).

DURANTI, Luciana

1995 *Ciencia Archivistica*. Córdoba : [s. n.], 1995.

FAVIER, Jean

2001 *Les Archives*. Paris : Presses Universitaires de France, 2001.

FOLLARI, Roberto

1982 *Interdisciplinarietà: los avatares de la ideologia*. Cidade do México : Casa Abierta al Tiempo, 1982.

FONSECA, Maria Odila

1997 *Arquivologia e Ciência da Informação: (re)definição de marcos interdisciplinares*. 1997. Tese de Doutorado em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide

2003 Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a pós-graduação na área: anotações para uma reflexão. *Transinformação*. Campinas. 15:1 (jan-abr. 2003) 31-43.

GUSDORF, Georges

1990 Réflexions sur l'interdisciplinarité. *Bulletin de Psychologie*. 43:397 (1990) 847-868.

HÄRTEL, Reinhard

2006 Studi medievali e scienze storiche ausiliarie in Austria nel secolo XIX : archivi, ricerca storia e scienza archivistica nell'Austria dell'Ottocento. In *Archivi e Storia nell'Europa del XIX secolo : alle radici dell'identità culturale europea*. Roma : Ministero per i Beni e le Attività Culturali, 2006.

HEREDIA HERRERA, Antonia

1991 *Archivística general: teoría y práctica*. 5ª ed. ampl. Sevilla : Servicio de Publicaciones de la Diputación de Sevilla, 1991.

JANTSCH, Erich

1972 Vers l'interdisciplinarité et la transdisciplinarité dans l'enseignement et l'innovation. In CENTRE POUR LA RECHERCHE ET L'INNOVATION DANS L'ENSEIGNEMENT – *L'Interdisciplinarité: problèmes de l'enseignement et de la recherche dans les universités*. Paris : OCDE, 1972, p. 98-125.

JAPIASSU, Hilton

1976 *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro : Imago, 1976.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila

1995 As Relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação. *INFORMARE*. Rio de Janeiro. 1:1 (jan.-jun. 1995) 41-50.

JENKINSON, Hillary

1965 *A Manual of archive administration*. London : Percy Lund; Humphries & Co., 1965.

KUROKI, Ívina Flores Melo

2016 *Demarcações conceituais dos princípios científicos da Arquivologia e da Ciência da Informação : contribuições para a configuração científica das disciplinas no campo da informação*. Brasília, 2016.
Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2016.

LODOLINI, Elio

2008. *Archivística: principi e problemi*. 13ª ed. Milano : FrancoAngeli, 2008.

MARION, Jean-Luc

1978 A Interdisciplinaridade como questão para a Filosofia. *Presença Filosófica*. 4:1 (1978) 15-27.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha

2013 Os Lugares da Arquivologia no campo da informação. *Ciência da Informação*. Brasília. 41:1 (jan.-abr. 2013) 109-123.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha

2011 *Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil*. Brasília, 2011.
Tese de Doutorado em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2011.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha

2007 *Os Espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil*. Brasília, 2007.
Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2007.

MICHAUD, Guy

1972 Problèmes et solutions: conclusions générales. In CENTRE POUR LA RECHERCHE ET L'INNOVATION DANS L'ENSEIGNEMENT – *L'Interdisciplinarité : problèmes de l'enseignement et de la recherche dans les universités*. Paris : OCDE, 1972, p. 293- -300.

MORIN, Edgar

2005 *A Cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2005.

MUELLER, S.; FEITH, A.; FRUIN, R.

1960 *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Trad. Manoel Adolpho Wanderley. Rio de Janeiro : Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Arquivo Nacional, 1960.

PALMADE, Guy

1979 *Interdisciplinaridad y ideologias*. Madrid : Narcea, 1979.

PIAGET, Jean

1972 L'Épistemologie des relations interdisciplinaires. In CENTRE POUR LA RECHERCHE ET L'INNOVATION DANS L'ENSEIGNEMENT – *L'Interdisciplinarité: problèmes de l'enseignement et de la recherche dans les universités*. Paris : OCDE, 1972, p. 131-144.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro

1999 Campo interdisciplinar da Ciência da Informação : fronteiras remotas e recentes. In PINHEIRO, Lena V. Ribeiro, org. – *Ciência da Informação, Ciências Sociais e interdisciplinaridade*. Brasília; Rio de Janeiro : IBICT, DDI, DEP, 1999, p. 155-182.

POMBO, Olga; GUIMARÃES, Henrique M.; LEVY, Teresa

1994 *A Interdisciplinaridade : reflexão e experiência*. Lisboa : Ed. Texto, 1994.

POSNER, Ernst

1972 *Archives in the Ancient World*. Cambridge : Harvard University Press, 1972.

RASTAS, Pirkko

1992 *Manuals and textbooks of archives administration and records management : a RAMP study*. UNESCO : Paris, 1992.

RESWEBER, Jean-Paul

1981 *La Méthode interdisciplinaire*. Paris : PUF, 1981.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol

1998 *Os Fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa : Publicações Dom Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt

2004 *Arquivos modernos : princípios e técnicas*. Trad. Nilza Teixeira Soares. 2ª ed. Rio de Janeiro : FGV, 2004.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt

1980 *Documentos públicos e privados : arranjo e descrição*. Trad. Manoel Adolpho Wanderley. 2ª ed. Rio de Janeiro : FGV, 1980.

SILVA, Armando Malheiro da [et al.]

1999 *Arquivística : teoria e prática de uma Ciência da Informação*. Porto : Afrontamento, 1999.

SILVA, Junia Guimarães e

1996 *Socialização da informação arquivística : a viabilidade do enfoque participativo na transferência da informação*. Rio de Janeiro, 1996.
Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

THOM, René

1990 Vertus et dangers de l'interdisciplinarité. In *Apologie du Logos*. Paris : Hachette, 1990, p. 636-643.

TOGNOLI, Natália Bolfarini

2014 *A Construção teórica da Diplomática : em busca da sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; GUIMARÃES, José Augusto Chaves

2010 Ciencia de la información y archivística: un diálogo a partir de la información registrada. *Ibersid : revista de sistemas de información y documentación*. Zaragoza. 4 (2010) 131-136.

Angelica Alves da Cunha Marques | angelicacunha@unb.br

Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Natália Bolfarini Tognoli | nataliatognoli@marilia.unesp.br

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Brasil